

SARMENTO, Carlos Eduardo Barbosa. *A construção da Nação Canarinho: uma história institucional da seleção brasileira de futebol, 1914-1970.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

Ramonn Rodrigues Magri

Graduado em História pela Universidade Federal de São João del-Rei (2013); mestrando em História pela Universidade Federal de São João del-Rei.

ramonrnm@gmail.com

Embora seja considerado, desde meados do século passado, um dado cultural e não apenas mera prática esportiva, o futebol brasileiro permaneceu como objeto à margem das pesquisas acadêmicas até há, aproximadamente, três décadas. A partir do momento de sua incorporação definitiva aos estudos científicos, passou-se a tentar entender como se dava e no que resultava a relação entre o selecionado futebolístico que representava o país e as esferas representativas de definições conceituais de certa ideia da nacionalidade. Nesse sentido, a análise de Carlos Eduardo Sarmento (*in memoriam*) procura compreender os mecanismos de cunho institucional que cercaram a trajetória das gestões organizacional e desportiva da seleção brasileira de futebol.

No livro, o autor faz a delimitação temporal do estudo entre 1914 e 1970, ou seja, entre a primeira entrada em campo do selecionado brasileiro e a consolidação de um modelo de gerenciamento do futebol nacional. Dessa forma, tenta-se perceber como um modelo institucional foi sendo, aos poucos, engendrado e legitimado, ainda que imerso num ambiente repleto de disputas.

Partindo da criação da Confederação Brasileira de Desportos (CBD), em 1916, Sarmento narra brevemente como foram as origens institucionais daquilo que, segundo ele, viria a ser um canal especial, inclusive, para a diplomacia entre nações. É devidamente esclarecido que as nossas elites não enxergavam

no futebol valores brasileiros, mas sim europeus. Tanto que, já na organização dos primeiros clubes, havia a evidente preocupação de criar demarcações de fronteiras sociais, que não deixavam de constituir, por consequência, relações políticas. O discurso oficial, porém, era o da perspectiva civilizatória, do esporte como regenerador do homem.

O historiador dedica atenção especial aos pormenores dos embates que envolveram tanto a liderança da gestão do futebol nacional, entre paulistas e cariocas – duas federações responsáveis pelo futebol mais proeminente das primeiras décadas do século XX –, quanto os que opuseram os partidários da profissionalização contra os que pregavam a manutenção do amadorismo (CBD, já na posição de entidade-mor, fora a principal defensora) no esporte na época. Sarmento também ressalta oportunamente que, apesar das rusgas em que estavam envolvidas, as organizações que respondiam pelo futebol no Brasil – todas privadas –, sempre dependeram de financiamento público. Isso demonstra que gestores de tais empreendimentos não abandonavam as velhas tendências das elites brasileiras de sempre buscarem guarida do Estado para seus negócios. Por isso, os dirigentes sempre cobraram mais “atenção” dos governos para com a “causa esportiva”, especialmente com o carro-chefe da CBD, que era o futebol.

Após discorrer sobre os principais embates políticos que envolveram as várias entidades que administravam o futebol brasileiro em seus anos iniciais, o autor apresenta dois argumentos-chave para o êxito definitivo do futebol entre diversas camadas sociais ainda no primeiro torneio organizado pela CBD: o esporte ter se afirmado como expressão imaginária da identidade nacional, o que atraiu imediatamente artistas, políticos e intelectuais; e o fomento do caráter lúdico e popular do futebol, uma vez que a presença de multidões nas arquibancadas indicava a tendência de inversão da lógica de uma prática elitista em seu começo.

Durante a década de 1920, as organizações que geriam o futebol brasileiro também prosseguiriam recheadas de tensões internas. No decorrer desse período, ficaria cada vez mais claro

para os “cartolas”, segundo Sarmento, que a entidade máxima do futebol no Brasil só conseguiria mais recursos oriundos do governo federal, sempre seu maior financiador, à medida que se fortalecesse como instituição. Com isso, já na década seguinte, o futebol entraria com mais intensidade na agenda da gestão estatal. Ainda marcada de disputas políticas, a CBD apoiaria nossos vizinhos uruguaios, que organizaram a primeira Copa do Mundo, em 1930. O autor esclarece que a entidade também seria obrigada a rever sua oposição a respeito do amadorismo no esporte. O interesse de clubes estrangeiros em contratar atletas brasileiros e a política de valorização do trabalhador do governo Vargas pressionariam os dirigentes. Assim, os clubes profissionais rapidamente dominariam o cenário do nosso futebol.

O historiador não rejeita o fato de o esporte ter adquirido *status* de prioridade nas políticas públicas a partir das décadas de 1930 e 1940. Sarmento identifica precisamente a aproximação entre expressão esportiva – especialmente o futebol e o selecionado da CBD – e identidade nacional. Era o modelo getulista de eugenia, de criação do modelo ideal do homem brasileiro. Para isso, o Estado interviria criando o Conselho Nacional de Desportos (CND), que, na prática, iria “aparelhar” a CBD e colocá-la num modelo centralizado, hierarquizado e oficial. Dessa maneira, o autor fala acerca dos campeonatos nacionais organizados no período e do desempenho da seleção do Brasil, que participava de torneios internacionais como a Copa Roca, Campeonato Sul-Americano e as três primeiras Copas do Mundo (1930, 1934 e 1938).

Antes mesmo do início da Segunda Guerra Mundial, que paralisaria a grande competição de seleções nacionais, a CBD já tinha um projeto bastante ambicioso: organizar uma edição da Copa do Mundo da FIFA. Da busca de apoio político para a candidatura ao trauma surgido da derrota que ficaria conhecida como “maracanaço”, passando pela solicitação de adiamento (a previsão inicial era para 1949), Sarmento elenca e discute rapidamente cada fase da maior empreitada do futebol brasileiro até então. Entre os preparativos para a Copa do pós-guerra, a

construção de um megaestádio teria dupla utilidade: além de ser um enorme palco para o evento, o Maracanã também seria um monumento ao Estado Novo varguista. Sem abandonar, entretanto, o prisma simbólico, o autor destaca que a disputa da Copa no Brasil significaria consolidar a sociedade brasileira numa posição internacionalmente mais elevada.

É destacado todo o cenário de euforia que foi se erguendo no decorrer da Copa de 1950. Com o fracasso diante da dos uruguaios, porém, o sonho da conquista do título mundial se transformou em gigantesca frustração. O autor exemplifica como, a partir daí, os cronistas buscavam explicações para o fracasso do time brasileiro com trechos de dois gênios da palavra: Gilberto Freyre e Nelson Rodrigues. O primeiro, pela formulação do discurso sobre a dicotomia talento *versus* competitividade; o segundo, em função do famigerado “complexo de vira-latas”. Na sequência, vieram a mudança das cores do uniforme (até então a seleção atuava de branco), que valorizaria o amarelo, e outro ocase em Copa do Mundo, dessa vez em 1954, na Suíça, que agravaria ainda mais, para Sarmento, o estigma da inferioridade e da ineficiência brasileiras, que ainda perturbaria atletas, dirigentes e torcedores por mais quatro anos.

Planejamento e investimento, de acordo com o historiador, foram medidas essenciais para que o Brasil conquistasse uma Copa do Mundo. Com características de obsessão para os dirigentes da CBD na época, o objetivo só seria alcançado com uma abordagem ainda mais intensiva e profissional do futebol. Sarmento elenca as principais medidas adotadas pelos “cartolas”, entre investimentos e trocas de treinador e de atletas, até a conquista do “caneco”, em 1958. Nesse contexto, recebem destaque a reformulação feita por João Havelange (presidente recém-eleito da CBD) e os questionamentos que muitos apresentavam por conta da centralidade excessiva do futebol na estrutura do órgão.

Ao contrário do imaginário nacional da época, que associava o homem brasileiro a uma série de doenças e verminoses, a nova gestão da CBD almejava construir um modelo de atleta

saudável, fisicamente perfeito. É interessante, nesse sentido, a ênfase dada pelo autor no esforço realizado pela comissão técnica escolhida pela entidade a fim de forjar homens emocionalmente aptos para o futebol, dotados de inabalável equilíbrio mental. Como tal modelo de preparação se mostrou eficiente, chegava-se em 1958 não apenas a uma conquista esportiva, mas à propagação de uma ideia de regeneração da própria “raça brasileira”. Tratava-se efetivamente da concepção de um processo civilizatório. Sarmento também se atenta para o significado político da conquista da seleção. Era algo perfeitamente conectado ao contexto do momento, em que o governo nacional-desenvolvimentista de Juscelino Kubitscheck assentava as bases para a modernização do Brasil.

Mas a consolidação da chamada Nação Canarinho viria com o bicampeonato mundial, em 1962. A despeito dos problemas financeiros, a CBD tinha em suas mãos um valioso ativo. O autor ressalta que, após a conquista de 1958, na Suécia, os “cartolas” da entidade estavam convencidos de que, por meio da “racionalização” empregada na montagem da equipe, nossos jogadores teriam atingido o padrão internacional de competitividade. A Copa do Chile seria um desafio diferente, porque o Brasil, na condição de favorito, deveria ratificar sua condição de maior equipe do planeta. A conquista solidificaria um arquétipo de gestão esportiva e valorizaria ainda mais a imagem da seleção, mas não evitaria que a CBD mergulhasse numa grave crise fiscal nos anos seguintes da década de 1960. Por conta disso e do constante uso político e demagógico do grande símbolo da nacionalidade, a preparação para mais uma Copa do Mundo que se aproximava ficou comprometida. A partir do vexame de 1966, na Inglaterra, a CBD iniciaria um novo ciclo – não menos conturbado que o anterior, porém – de preparação do selecionado de futebol.

Sarmento, por fim, mostra como o regime militar cercou o futebol a partir da criação de órgãos que o vigiassem, dado o seu potencial de mobilização das massas. Ao longo da preparação, mudanças, como, por exemplo, a do próprio comando técnico da seleção (substituição de João Saldanha

por Zagallo), revelam que a ingerência dos militares na estrutura da CBD não teve limites. A conquista definitiva da taça Jules Rimet, no México, em 1970, de maneira espetacular, foi, evidentemente, uma catarse coletiva. Amplamente manipulada para que se transformasse em “patriotismo servil”, segundo o autor, a vitória em campo fora associada a uma conquista do regime militar, que ainda se estenderia por mais quinze longos anos.

No desfecho, o historiador constata que “a aplicação de um modelo administrativo meticoloso, com detalhamento das etapas de preparação, e um forte investimento no condicionamento físico e emocional novamente transformaram ‘artistas mulatos’ da bola em implacáveis colecionadores de títulos.” (p. 142). Cumprindo a proposta da coleção “de bolso” da editora, o trabalho de Sarmento traz a abordagem direta, com linguagem simples, de um tema importante tanto para historiografia brasileira, especificamente, quanto para interesse geral. Rápida e eficaz, *A construção da Nação Canarinho* revela e examina algumas das várias histórias do futebol nacional, o que a qualifica, portanto, como um relevante e indispensável esforço científico. Em função dos limites do recorte temporal, no entanto, tal tipo de análise carece e é merecedora de sequências de maior fôlego, bem como o estudo de períodos mais recentes.